

A influência presidencial de Cavaco Silva

Acaba de ser publicado o segundo volume de memórias presidenciais do Prof. Cavaco Silva. São dois volumosos contributos para a compreensão do que foi a sua presidência, mas também um inestimável contributo para o conhecimento da função presidencial na nossa democracia, muito particularmente para o entendimento dos poderes presidenciais no nosso sistema político.

Através deste segundo volume, dedicado ao período que abrange a coligação governamental entre o PSD e o CDS, sob a liderança de Passos Coelho e Paulo Portas, até à formação complexa do governo da “Geringonça” de António Costa, ficamos a saber das diligências presidenciais para ajudar a primeira coligação a chegar ao fim da legislatura em Portugal, e como se houve o Presidente Cavaco Silva na complexa e difícil constituição de governo de 2015, o primeiro a ser liderado por quem não ganhou as eleições, na nossa democracia.

Se a coligação chegou ao fim da legislatura deve-o sem dúvida ao Presidente Cavaco Silva, que soube valorizar a fundamental estabilidade governativa em tempos difíceis de resgate financeiro do país - a maior crise por que passou o país depois da instauração da democracia. Cavaco Silva evitou a dissolução da coligação, tendo até procurado o alargamento do seu entendimento ao Partido Socialista, liderado por António José Seguro, e tentou reduzir, nem sempre com sucesso, a crispação social inevitável no processo de ajustamento verificado.

Pelo volume de memórias agora publicadas, ficámos a conhecer os esforços presidenciais para evitar a elevação dos custos políticos e sociais do ajustamento financeiro, tentando aconselhar o Governo, através do Primeiro-Ministro, a alterar alguns dos procedimentos que mais o desgastaram, sugeridos pela Troika, e a preservar a equidade na distribuição dos sacrifícios



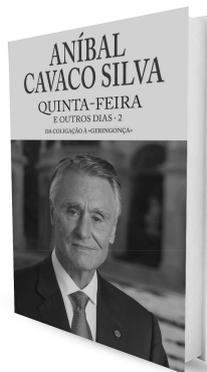
POR
**Manuel
Braga da Cruz**

Professor Catedrático e antigo Reitor (2000-2012) da Universidade Católica Portuguesa. Membro do Conselho Editorial de *Nova Cidadania*

pelos portugueses (o aumento do IVA, o abaixamento da TSU para as empresas compensada por um aumento do IVA, o corte de vencimentos na função pública, e das pensões, a suspensão do subsídio de férias e de Natal a funcionários públicos e pensionistas, o congelamento de carreiras e promoções na Administração Pública, o aumento das contribuições para a Segurança Social, o alargamento do horário de trabalho, a diminuição dos feriados, a extinção e união de freguesias, a redução de tribunais e

reformulação do Mapa Judiciário). A defesa que fez, sem sucesso, do aumento da colecta ao IRS, para que a contribuição incidisse sobre os rendimentos sujeitos a englobamento no IRS, parecia-lhe mais equitativa e universal, e teria menos efeitos recessivos na economia. “*A desvalorização fiscal daria sobretudo lugar a uma transferência de poder de compra dos consumidores, que pagariam mais IVA, para lucro das empresas, o que era socialmente inaceitável*”, explica. A descida da taxa da TSU favoreceria as empresas, o aumento do IVA penalizaria os consumidores.

Perante a crise da TSU, que levou a coligação a uma crise e a uma ameaça de dissolução, o Presidente evitou a demissão do primeiro-Ministro, depois a demissão dos ministros do CDS no governo, e aconselhou o governo a contrariar a troika. Promoveu o acordo entre o Governo e os parceiros sociais para a assinatura do Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego, que constitui uma das mais im-



Aníbal Cavaco Silva

Quinta-feira e outros dias

– 2. Da Coligação à “geringonça”

Porto Editora, 2018



portantes reformas estruturais do governo de coligação. Defendeu o entendimento do Governo com o PS em matéria de Reforma da Justiça. Sugeriu ao governo a revisão da lei do arrendamento urbano, que favorecesse o mercado do arrendamento e a reabilitação urbana, protegendo os arrendatários com mais de 65 anos e de baixos rendimentos, evitando que o apoio aos idosos recaísse sobre os senhorios. Defendeu a compatibilização entre consolidação orçamental e desenvolvimento económico para contrariar algumas medidas da troika, dando prioridade ao combate ao desemprego.

Quando o governo substituiu à taxa sobre a TSU pela sobretaxa extraordinária de solidariedade de 4% sobre o IRS, mantendo o corte de um dos subsídios, voltou a defender o adicional à colecta ao IRS. Lembrou, como alternativa, o aumento de impostos sobre o consumo e a extinção de serviços e institutos públicos, em nome de maior equidade fiscal, e alertou para o risco de inconstitucionalidade declarável pelo tribunal Constitucional.

A sua opinião é a de que *“o governo do Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho empenhou-se corajosamente – e com sucesso – em resgatar o país da situação de quase bancarota a que Portugal tinha chegado e em reconquistar a credibilidade externa, criando condições para que fosse reencontrada uma trajectória de crescimento económico e criação de emprego. É por isso credor do apoio dos portugueses. No entanto, em minha opinião cometeu o erro de não cuidar adequadamente da equidade na repartição dos sacrifícios que foram exigidos aos cidadãos. Residiu aí a razão maior do descontentamento popular suscitado pela execução do Programa de Assistência Financeira”*. (p.184)

Quando, na Primavera de 2013, após o regresso de Portugal aos mercados financeiros internacionais, se deu a crise da 7ª avaliação da Troika, e perante a inflexibilidade desta e o endurecimento do PS para com o governo, tudo fez para evitar uma crise política, contribuindo para o esbatimento dos desentendimentos no seio do governo.

E quando se deu a demissão do Ministro Vitor Gaspar, e Passos Coelho procedeu à remodelação governamental, contrariou a saída do governo de Paulo Portas, cuja demissão o Primeiro-Ministro também não aceitara, já que *“o País não estava em condições de juntar uma grave crise política à crise económica e social”* (p. 225), e tentou um Compromisso de Salvação Nacional com o PS, para evitar um segundo resgate, envolvendo os partidos em negociações, que acabaram por não ser conclusivas. A crise seria vencida com a tomada de posse do novo governo em Julho de 2013.

Contrariando a opinião de que a dívida pública não era sustentável e de que era indispensável a sua reestruturação, sustentou que tal confissão de não pagamento da dívida aumentaria a desconfiança sobre Portugal e se prolongaria e agravaria a austeridade. E defendeu a aproximação de Portugal à Irlanda, cuja recuperação era evidente, e o afastamento da situação da Grécia, cujo contágio se temia, promovendo a ideia de

uma estratégia de crescimento e económico e do emprego, e defendendo o Pacto nesse sentido, e defendendo a criação de uma União Bancária Europeia, com centralização no BCE da supervisão bancária, e instituindo uma garantia comum de depósitos, no sentido de uma verdadeira União Económica e Financeira, bem como a extensão das maturidades da dívida pública portuguesa, aprovada pelo Eurogrupo.

Discordou do governo sobre a correcção dos desequilíbrios orçamentais mais pela redução da despesa pública que pelo aumento dos impostos, sem porém dar publicidade a tal discordância, antes preferindo a influência junto do Primeiro-Ministro nas reuniões semanais das 5^{as} feiras.

A melhoria dos indicadores económicos em começos de 2014, começou a possibilitar a visão de uma saída limpa sem necessidade de novo resgate nem de programa cautelar, e levou à descida das taxas de juro da dívida portuguesa, que se seguiu à avaliação da Troika, o que viria a acontecer em 2015. Cavaco Silva considerou essa saída limpa uma vitória do governo e do Primeiro-Ministro Passos Coelho “*que, num contexto internacional particularmente adverso, se empenharam com coragem, determinação e sentido patriótico em cumprir os compromissos assumidos pelo estado com as instituições internacionais que concederam os empréstimos indispensáveis para enfrentar a emergência a que o país chegara em 2011 e que com elas travaram difíceis negociações*” (p.353).

Após as eleições de 2015, tentou fomentar o diálogo entre os vencedores e o PS, com vista a um acordo de incidência parlamentar, tendo para esse efeito formulado um “caderno de encargos”: respeito pelos compromissos de Portugal nas organizações internacionais (Nato, União Europeia, Zona Euro) e aprofundamento da relação transatlântica e laços privilegiados com países de expressão portuguesa.

António Costa, chamado a Belém, pediu adiamento, para negociar uma solução governativa com o apoio dos partidos à esquerda. Era uma condição necessária para se salvar como líder do PS, pois perdera as eleições. Recusou qualquer entendimento com o PSD e CDS. E fez eleger presidente da Assembleia da República um socialista, contrariando a tradição de pertencer o cargo ao partido mais votado.

Cavaco Silva encarregou de formar governo a coligação que ganhou as eleições, embora se soubesse da inexistência de apoio parlamentar para fazer passar o

seu programa. E deu posse a esse governo de coligação, que soçobrou no parlamento. Só depois, na impossibilidade de dissolver o parlamento (não o podendo fazer nos últimos seis meses do seu mandato e nos primeiros seis meses depois das eleições), e depois de concluir que um governo de gestão não seria solução estável para o país, sem maioria no parlamento, encarregou Costa de formar governo. A hipótese de um governo de iniciativa presidencial achava-a excluída pela revisão constitucional de 1982.



Este segundo volume das memórias presidenciais de Cavaco Silva é um documento fundamental para compreender um dos mais críticos períodos vividos pela democracia portuguesa

Recebeu pressões para não dar posse a tal governo, inclusive de sectores socialistas. Teria sido a CGTP-Intersindical a pressionar o PCP para apoiar o governo, no sentido de reverter as privatizações dos transportes públicos, cujas greves utiliza habitualmente para fazer parar o país.

Contudo, achou preferível a solução governativa proposta pelo PS – que veio a ser baptizada e conhecida por “geringonça” – do que uma coligação PSD-CDS em gestão. Não sem dar recados ao novo governo, designadamente a afirmação da necessidade de um modelo de crescimento mais assente no aumento da produtividade e da competitividade da economia do que no seu endividamento e no aumento da despesa pública

Este segundo volume das memórias presidenciais de Cavaco Silva é um documento fundamental para compreender um dos mais

críticos períodos vividos pela democracia portuguesa, depois do governo socialista liderado por Sócrates ter deixado o país à beira do colapso financeiro, para perceber as diferentes sensibilidades dos actores, nomeadamente da presidência, do governo e da oposição socialista durante o resgate. Estas páginas esclarecem muito sobre a dificuldade de governar na emergência que o país viveu, e sobre a forma como o governo de Passos Coelho retirou Portugal da ameaça de bancarrota, o fez voltar aos mercados financeiros, recobrada a confiança internacional, e criou condições para o crescimento ocorrido no tempo do governo que se lhe seguiu, apesar de todas reversões de decisões anteriores a que deu curso. A austeridade continuava, porém, “*patente na ausência de investimento público, nas cativações, na deterioração da qualidade dos serviços públicos e nos impostos, com a carga fiscal a subir para níveis nunca vistos*” (p. 434)

Revelam, além do mais, a personalidade política de Cavaco Silva que, longe de ser um liberal clássico, se revelou, uma vez mais um democrata com preocupações sociais, ou seja um “popular” no sentido histórico e europeu do termo, defensor da estabilidade política, do crescimento económico e da justiça social

Para além disso, estas memórias presidenciais evidenciam também os limites da intervenção presidencial, e a desproporção entre a enorme legitimidade de quem é eleito por sufrágio directo e universal, e a exiguidade de poderes normais de que dispõe, praticamente reduzidos à influência sobre Primeiros- Ministros, tanto mais eficaz quanto menos publicitada for. Cavaco Silva termina as suas memórias dizendo que acha que estes poderes presidenciais são suficientes, e não devem ser aumentados. No entanto, ainda sugere que o Governador do Banco de Portugal passe a ser nomeado pelo Presidente da República, sob proposta do Governo, bem como alguns elementos do Conselho Superior da Defesa Nacional.

Razão para pensar na necessidade de ajustar a legitimidade – ou seja a eleição directa por sufrágio universal – à limitação dos poderes correntes do presidente no nosso sistema político, opinião do autor desta recensão que não do autor destas memórias.

Cavaco Silva dignificou a função presidencial, prestigiou a Chefia de Estado, interna e externamente, defendeu e respeitou a Constituição, promoveu o entendimento entre os portugueses e o desenvolvimento de Portugal. ■